

PAN quer que Governo tome medidas em função do último relatório do IPCC

22 de Março, 2023

O **PAN** (Pessoas-Animais-Natureza) exige ao **Governo** que tome medidas mais exigentes para prevenir e combater as alterações climáticas. As declarações do partido seguem-se à publicação do último relatório do **Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas** (IPCC, na sigla em inglês).

De acordo com o IPCC, o aumento da temperatura da terra acima dos 1,5 °C até 2030 está iminente, pelo que é necessário reduzir as emissões globais de gases com efeito de estufa em 43%, face a 2019, para que esta subida não se verifique até ao início da próxima década.

“O relatório do IPCC não podia ser mais claro. Estamos em contrarrelógio e a falhar para com o planeta e as futuras gerações, se não reduzirmos grandemente as emissões de CO₂ até 2030”, afirmou **Inês de Sousa Real**, **porta-voz do PAN**, no seguimento do relatório.

Para a deputada, é preciso tomar medidas mais rígidas em matéria ambiental, nomeadamente em termos de fiscalização, em vez das medidas “que vêm sendo promovidas, como o ‘simplex’ ambiental, que priorizam o crescimento económico mesmo que para tal sejam arrasadas vastas áreas naturais”.

Em comunicado, o PAN critica ainda opções que passam “pela destruição de zonas húmidas, importantes sumidouros de carbono, para dar lugar à construção imobiliária; construções em dunas primárias para dar lugar a resorts e campos de golfe na costa alentejana ou no Algarve; ou o abate de agrupamentos florestais para dar lugar a extensos parques fotovoltaicos, ao invés de, neste caso, se apostar na sua instalação em telhados e outras superfícies já artificializadas”.

A porta-voz do PAN lamentou ainda que o Governo tarde em regulamentar a Lei de Bases do Clima, apesar que já se encontra em vigor há mais de um ano. “Infelizmente, não vemos da parte do Governo nem da maioria parlamentar uma vontade efetiva de atuar e materializar o que vêm apregoar. Pelo contrário, rejeitam propostas que visam salvaguardar os direitos das gerações futuras e promover o direito de todas as pessoas a um clima estável”, rematou Inês de Sousa Real.